



## PRÁTICAS ESPACIAIS E (DES) ALIENAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

Victor Tinoco<sup>1</sup>  
Gustavo Godinho<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as formas de resistências que se apresentam nas táticas apoiadas pela apropriação e pelo uso do cotidiano dos sujeitos que resistem aos conflitos que se estabelecem territorialmente. Dessa maneira, exploraremos as resistências que chamaremos de subterrâneas, mas que se articulam com as resistências públicas. Na realidade, sustentamos que as resistências subterrâneas são a base para que ocorram as resistências públicas, mas todas compreendidas entre as dimensões da insurgência-subordinação-sobrevivência. Baseamo-nos na compreensão de James Scott, segundo o qual as resistências são visíveis e invisíveis, e as relações cotidianas são condicionantes para a emergência de levantes, manifestações e outras formas de ações diretas. Compreendemos que as resistências são diversificadas e abrangentes tanto em comportamento quanto nos ambientes que se realizam. A resistência pode ser facilmente reconhecida nas práticas dos movimentos sociais nas táticas de luta, como os piquetes, as petições, as greves, ou os casos mais recorrentes aqui no Brasil dos acampamentos do MST e MTST, como formas de visibilidade e publicização das lutas. Esse conjunto de práticas espaciais não se dá de maneira isolada. Elas se constituem dentro de um jogo de táticas dos sujeitos, como sinalizamos acima, nas três dimensões de insurgência-sobrevivência-subordinação. Nesse movimento, podemos compreender a emergência da nossa perspectiva de resistência no conjunto de práticas espaciais que se manifestam em sentido público e também de forma subterrânea, por meio de um jogo de táticas de resistência para se opor à dominação e à subordinação, ou continuar a sobreviver.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento geográfico desigual, desterritorialização, práticas espaciais de resistência.

### ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the forms of resistance that are presented in the tactics supported by appropriation and by the daily use of subjects who resist the conflicts that are established territorially. In this way, we will explore the resistances that we will call underground, but that are articulated with public resistance. In fact, we maintain that underground resistances are the basis for public resistance, but all understood between the dimensions of insurgency-subordination-survival. We rely on James Scott understanding, according to which resistances are visible and invisible, and daily relationships are conditioning factors for the emergence of uprisings, manifestations and other forms of direct actions. We understand that resistances are diverse and comprehensive both in behavior and in the environments that take place. Resistance can be easily recognized in the practices of social movements in fighting tactics, such as pickets, petitions, strikes, or the most recurrent cases here in Brazil of the MST and MTST camps, as forms of visibility and publicization of the struggles. This set of spatial practices does not take place in isolation. They constitute within a game of tactics of the subjects, as we signaled above, in the three dimensions of insurgency-

<sup>1</sup> Doutor pelo Curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, [victortinoco85@gmail.com](mailto:victortinoco85@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutor pelo Curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio [gustavogodinho@msn.com](mailto:gustavogodinho@msn.com)



survival-subordination. In this movement, we can understand the emergence of our perspective of resistance in the set of spatial practices that manifest themselves in the public sense and also underground, through a game of resistance tactics to owe domination and subordination, or continue to survive.

**Keywords:** Uneven geographical development, deterritorialization, spatial resistance practices.

## INTRODUÇÃO

A palavra resistência carrega consigo um significado político profundo no universo social das lutas por emancipação e autonomia nos campos da teoria social e das lutas da vida cotidiana. Além do sentido mais conhecido e que faz parte do senso comum – o ato de contrariar –, um de seus significados apontados pelo dicionário Michaelis, que nos chamou particularmente a atenção, é o ato de continuar de pé.

Esses dois significados da palavra revelam elementos simbólicos que expressam a vida cotidiana em formas de práticas espaciais, produzidas pelos sujeitos que lutam diariamente, a fim de continuarem existindo em seus territórios. A resistência se expressa como parte integrante dessas práticas.

Cada lugar é formado por táticas que remetem a práticas espaciais dos sujeitos que o vivenciam. As táticas apresentam significados, intencionalidades e modos diversos, complexos e interagentes dentro da totalidade de cada lugar. Este é o desafio deste trabalho, compreender essa diversidade e complexidade de táticas de resistências, produzidas pelas práticas espaciais dos sujeitos.

O caminho pretendido nos leva a buscar formulações que sejam, em nível operacional, de certa forma, um caminho prático e sistêmico de interpretação da realidade. Cruz (2013) indica a necessidade de elaborar novos instrumentais conceituais ou ferramentas conceituais em que não se precisa estar preso somente a uma linha teórica, mas sim a conceitos que possam responder aos problemas levantados nas pesquisas de modo geral. Para Cruz (2013), é essencial ao pesquisador construir uma caixa de ferramentas conceituais e teóricas que o auxiliem na análise e compreensão de seu objeto de estudo.

Nesse sentido, para este trabalho, faz-se necessário montar uma caixa de ferramentas sobre o que entendemos por concepção de resistência, pela necessidade de compreender o fenômeno espacial a partir de uma de suas dimensões, o resistir. A resistência na dimensão espacial demanda analisar, mesmo que de maneira recortada, outras dimensões que se estabelecem, como falamos acima, a partir das táticas baseadas nas dimensões de insurgência,



sobrevivência e subordinação, que se tensionam de maneiras contraditórias no cotidiano desses sujeitos. Neste trabalho, a resistência é compreendida nessas três dimensões, segundo as ações de insurgência-subordinação-sobrevivência, constituídas em um arranjo de táticas que se estabelecem via práticas espaciais dos sujeitos produtores/produzidos em suas realidades espaciais.

A resistência não pode ser lida como una, mas como múltipla. Não pode ser vista somente como ação pública ou uma ação concreta institucional, na relação entre sociedade e Estado, entre dominadores e dominados, mas em suas formas subterrâneas. Como coloca Scott (2013), a resistência deve ser vista “embaixo da linha”, já que “não decorre de uma organização formal mas de redes informais” (p. 274), que se dão na vida cotidiana em um conjunto de interações de parentesco, vizinhança, amigos e laços comunitários. As diferentes relações que expressam a resistência em suas escalas mais micro e profundas, chamadas subterrâneas, ou “embaixo da linha” (SCOTT, 2013), abrem caminho para um diálogo de proposições sobre a abordagem teórica dessa dimensão da vida cotidiana.

A resistência conforme a perspectiva de Scott (2002; 2013), segundo o qual ela tanto pode se apresentar na forma de confronto como na forma passiva (silenciosa, invisível): a primeira se expressa como ação direta, por exemplo, em manifestações, atos contrários, paralisações, que publicizem a luta no confronto direto entre dominadores e dominados; e a passiva no dia a dia, no conjunto de relações sociais, de maneira subjetiva, em práticas voltadas para a sobrevivência. Esta pode ser exemplificada por sabotagens, pela construção de casas em áreas impróprias e, também, pela não aceitação de contratos indenizatórios, por serem considerados baixos os valores oferecidos as famílias removidas e desapropriadas por obras de Megaempreendimentos infraestruturais.

As lutas são variadas, e destacadamente muitas delas se dão frente às estruturas de poder impostas pelo capital e às formas sociais de dominação e subordinação a elas, em modo muito genérico. No entanto, quando trazemos o sentido de resistência para o ponto de vista de Sassen (2016), tratamos, mais especificamente, sobre novas formas de acumulação de capital que se expressam em expulsões das pessoas de seus espaços de vidas.

Sassen (2016) analisa os fenômenos das expulsões não como resultado da decisão ou da ação de um indivíduo, de uma empresa ou de um governo, mas os compreende como “parte de um conjunto maior de elementos, condições e dinâmicas que se reforçam mutuamente” (p. 89). Para ela, as expulsões hoje são parte da complexidade do sistema capitalista em sua forma financeira e em sua configuração cada vez mais predatória dos recursos naturais, da exclusão



dos trabalhadores de seus direitos básicos, da precarização da vida e, com isso também, da retirada das populações de seus espaços de vida.

Quando falamos de expulsões, baseando-nos em Sassen (2016), pensamos em desterritorializações concretas e simbólicas que as populações vivenciam e se reterritorializam com novas práticas espaciais, sob outros modos. Podemos dizer que os sujeitos frente à desterritorialização produzem novas práticas espaciais para que possam sobreviver, se insurgir, ou até mesmo lidar com a subordinação imposta pela lógica da territorialização que lhes é determinada. Ou seja, eles produzem resistência a esse processo, usando suas práticas cotidianas para resistir.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as formas de resistências que se apresentam nas táticas apoiadas pela apropriação e pelo uso do cotidiano dos sujeitos que resistem aos conflitos que se estabelecem territorialmente. Dessa maneira, exploraremos as resistências que chamaremos de subterrâneas, mas que se articulam com as resistências públicas. Na realidade, sustentamos que as resistências subterrâneas são a base para que ocorram as resistências públicas, mas todas compreendidas entre as dimensões da insurgência-subordinação-sobrevivência.

As resistências subterrâneas apresentam-se sob a perspectiva da apropriação e do uso do cotidiano como instrumental de luta dos sujeitos em suas táticas de resistência, entendendo que essas formas de resistências, que são ocultas, se dão embaixo da linha de visão dos dominantes (SCOTT, 2013), assumindo, neste trabalho, um papel importante no processo de articulação das lutas em seu caráter público. A concepção de resistências públicas se dá pela questão da visibilidade das práticas de resistências tanto dos sujeitos dominados quanto dos dominantes, nas quais as ações dos sujeitos estão subordinadas a um conjunto de ordenamentos jurídicos e sociais.

Baseamo-nos na compreensão de Scott (2002 e 2013), segundo o qual as resistências são visíveis e invisíveis, e as relações cotidianas são condicionantes para a emergência de levantes, manifestações e outras formas de ações diretas. A partir de Hollander e Einwohner (2004), compreendemos que as resistências são diversificadas e abrangentes tanto em comportamento quanto nos ambientes que se realizam. As autoras indicam que a resistência pode ser facilmente reconhecida nas práticas dos movimentos sociais nas táticas de luta, como os piquetes, as petições, as greves, ou os casos mais recorrentes aqui no Brasil dos acampamentos do MST e MTST, como formas de visibilidade e publicização das lutas.

Esse conjunto de práticas espaciais não se dá de maneira isolada. Elas se constituem dentro de um jogo de táticas dos sujeitos, como sinalizamos acima, nas três dimensões de



insurgência-sobrevivência-subordinação. Nesse movimento, podemos compreender a emergência da nossa perspectiva de resistência no conjunto de práticas espaciais que se manifestam em sentido público e também de forma subterrânea, por meio de um jogo de táticas de resistência para se opor à dominação e à subordinação, ou continuar a sobreviver.

O termo “sobreviver” nos remete ao trabalho de Zamora (2008), que revela a preocupação em observar a diferença entre sobrevivência e resistência, quando analisa, por exemplo, casos extremos como os dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. Ela argumenta que, nessa situação extrema da resistência, o ato de continuar de pé se coloca aos sujeitos como sobreviventes da conjuntura a que estão subordinados.

Exemplos como os citados por Zamora (2008) levam-nos a lembrar também casos como os da resistência francesa na Segunda Guerra Mundial. Com a França ocupada pelos alemães, um conjunto de táticas territoriais foi usada contra a subordinação militar de seu território. Esse conjunto incluía táticas territoriais de sabotagens, relações de vizinhança, uso da vida pública como forma de disfarçar a luta subterrânea contra a ocupação e, com isso, resistir a ela.

Esse movimento implica uma luta de resistências subterrâneas, de usos das vidas cotidianas e de suas geografias, que são produto, condição e meio de luta para dar continuidade às suas existências. Há várias exemplificações históricas que podem ser investigadas de diversas formas, como fez Foucault ao longo de sua obra ao analisar as relações de poder e surgimento de novos movimentos que representavam contracondutas à ordem social, ditada até hoje no sentido dos costumes e dos padrões sociais.

As formas de resistência se dão também em ações diretas e imposições, por meio da insurgência da população, como aconteceu, por exemplo, nos movimentos de maio de 68, ou em casos mais contemporâneos como o das Primaveras Árabes, em que redes sociais foram usadas contra os regimes políticos. Outro exemplo pode ser encontrado nas mobilizações que contestavam as condições de vida das cidades brasileiras, como no caso das Jornadas de Junho de 2013.

No entanto, quando adentramos o universo de conflitos sociais nas escalas dos subalternos, não podemos pensar somente na perspectiva da subordinação e da sujeição à ordem ou de conformação de que as estruturas de práticas de resistência nascem somente de atos de insurgência. Para Scott (2013), o subalterno detém uma infrapolítica, uma série de ações que se dão na profundidade de seus vividos, mas que se transformam, ou melhor, se adaptam ao movimento da vida frente aos desafios em que são forçados a viver. As resistências estão no invisível, nos subterrâneos, nas profundas geografias de seus cotidianos.



## **METODOLOGIA**

O caminho metodológico para a leitura da emergência de práticas espaciais de resistência e a relação com a produção do espaço tem como eixo interpretativo a teoria do desenvolvimento geográfico desigual conforme apresentada por David Harvey (2006). Essa teoria permite a compreensão e o entendimento da lógica de reprodução da globalização neoliberal vivida pelo capitalismo em sua forma contemporânea.

A leitura do desenvolvimento geográfico desigual, conforme exposto por Harvey (2006), é reveladora da produção das escalas espaciais e da produção da diferença geográfica. A categoria de escala geográfica, nessa interpretação teórica, constitui papel norteador da compreensão dialética da produção do espaço inerente à globalização neoliberal, a partir das espacializações do capital em suas múltiplas escalas de produção, que promovem as diferentes lutas de classes e uma produção desigual do espaço.

A escala, na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, é um instrumento importante para o entendimento e a análise da atual fase do capitalismo, globalizado e neoliberal. Segundo Ribeiro Junior (2014), o desenvolvimento geográfico desigual tem importância:

Não só porque ele nos revela as espacializações do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, local), mas também porque permite compreender as diversas lutas de classes nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, a luta de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder. A dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista é o fio condutor que permite compreender a produção capitalista do espaço (p. 11).

A escala como fio condutor é um instrumental analítico operacional para a interpretação da produção capitalista do espaço e das espacialidades que se desenvolvem dentro do movimento entre o global, nacional, regional, local. Porém, não podemos limitar a escala a um elemento reificado, mas sim a uma categoria socialmente construída, em que cada escala representa uma narrativa da realidade (MOORE, 2008). Ela é produto de nossas interações sociais. Com isso, a categoria escala, neste trabalho, se apresenta como um meio de análise estrutural das transformações espaciais do capitalismo em sua forma contemporânea.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O termo prática, assim como a resistência, é polissêmico. A prática está centrada no ato



de usar, apropriar, controlar o espaço pelos atos dos sujeitos e agentes em suas rotinas cotidianas que têm o espaço como produto, condição e meio de suas existências tanto em forma material quanto simbólica.

As práticas espaciais nos movimentos sociais aparecem no que Souza (2010 e 2013) nos traz ao analisar as ações coletivas e ativismos<sup>3</sup> como um conjunto de práticas espaciais insurgentes, que são ações diretas junto ao Estado, buscando a práxis, ou seja, a transformação social. Para o autor, as práticas espaciais insurgentes são ações contestadoras do *status quo* e apresentam diferentes formas de expressão por parte dos atores envolvidos na trama, entre dominantes e dominados. Ele sinaliza que as práticas espaciais insurgentes podem se configurar de maneira “silenciosa” ou feita “às escondidas”, sem que sejam expressas de forma direta, mas se colocando na paisagem, como é o caso do grafite em determinadas localidades.

A definição de práticas espaciais é dada por Souza (2013):

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (organização espacial, a territorial, “a lugaridade...”) é um componente nítido e destacado de forma de organização do meio de expressão e/ou dos objetos a serem alcançados. Toda prática espacial é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais (p. 241).

A leitura das práticas espaciais insurgentes é um dos pontos de partida, uma vez que nossa proposta não se limita às ações diretas, mas também à apreensão das ações subjetivas do cotidiano dos territórios. Não se pode deixar de apontar o fato de que a resistência não se limita exclusivamente à dimensão da transformação social, a práxis. Ela também pode assumir um caráter conservador das estruturas de dominação e sujeição.

Por isso, a abordagem de Scott (2013) é um elemento chave para nossa compreensão acerca das práticas espaciais de resistência. Esse autor analisa a categoria resistência na dimensão da reação direta, organizada, e da reação no universo do cotidiano, da subjetividade da luta dos sujeitos em seus territórios. Ele observa que a resistência cotidiana exerce um papel de ruptura nos sistemas de dominação, até em certo sentido maior que os de organizações institucionalizadas como partidos e movimentos sociais, em que a resistência em pequenas escalas pode ser o eixo propulsor da mudança social. Scott entende que a resistência rompe com o que se denomina discurso público (discurso oficial dos dominantes) e revela o discurso oculto (discurso dos dominados) das relações entre dominados e dominantes, entre poderosos e subalternos.

Para tanto, se faz necessário pensar metodologicamente como usar o jogo conceitual para compreender o processo de resistência em sua dimensão espacial. A constelação de

---

<sup>3</sup> Ver Souza (2006) sobre a classificação e diferenciação elaborada pelo autor em relação às categorias ação coletiva e ativismo.



conceitos apresentada por Haesbaert (2014) é instrumental importante, pois abarca uma proposta analítica de integração entre os conceitos geográficos dentro da categoria espaço e suas variações de acordo com as questões que surgem diante do real.

O espaço como categoria-mestra e os conceitos como território, paisagem, região, lugar, meio ambiente como planetas circulando o sol, na metáfora do autor, compõem um sistema. Esse sistema nos possibilita apropriar das diferentes categorias de formas multidimensionais e multiescalares. Nesse sentido, nossa questão sobre as táticas de resistência tem como base a análise do espaço, que dialoga com os conceitos de lugar, território, região, paisagem e meio ambiente.

Partimos do pressuposto de que o espaço é produto, condição e meio para a ação humana, considerando a categoria espaço de acordo com as interpretações de Santos (2014) sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações; Carlos (2015) sobre a produção do espaço; e Massey (2013), na leitura do espaço como um horizonte de possibilidades. A partir de Lefebvre (1991), exploraremos as concepções de cotidiano e, fundamentalmente, de cotidiano programado, dialogando com Heller (2008) e suas análises de estrutura do cotidiano e do processo de suspensão da vida cotidiana.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao analisarmos as práticas espaciais de resistência em formas públicas e subterrâneas, trabalhamos com diferentes táticas dos sujeitos no enfrentamento à lógica da produção desigual do espaço. Podemos perceber que a resistência pública está subordinada a uma série de ordens jurídicas e sociais, mas devemos salientar que ela é organizada pelas práticas espaciais de resistência que se constituem nos subterrâneos da vida cotidiana. A compreensão de subterrâneo não passa somente pelo conceito de ocultação, mas também, de maneira ampla, pela tática de uso e apropriação do cotidiano como instrumento de luta, uma vez que é na vida cotidiana que o sujeito da resistência tem controle e saberes sobre os fluxos e a dinâmica dos seus espaços.

É no controle sobre a vida que se revela a concepção prático-criativa, na qual o sujeito se apropria de forma prática e, também, criativa de seu viver para resistir. Tal fato aparece, por exemplo, quando se usa de rotas rotineiras, redes e padrões de interações sociais como camuflagem da resistência, já que é uma forma de segurança individual e coletiva para organizar a luta de maneira silenciosa, na tentativa de evitar constrangimentos ou conflitos abertos aos olhos dos dominantes.

O grande desafio, nesse sentido, para o pesquisador, é ter a percepção de como as práticas espaciais de resistência se constituem em um universo de práticas espaciais no vivido





dos sujeitos. Por isso, é preciso levar em consideração, como pesquisador, as simples práticas espaciais rotineiras, pois nelas pode estar escondida uma série de intencionalidades como parte de uma tática maior de luta. Todas essas práticas podem ser individuais ou coletivas, físicas ou simbólicas, e até propositalmente podem ser reveladas ao observador, no caso aqui o pesquisador, por fazerem parte de uma tática de luta contra um oponente, muitas vezes, detentor de poder coercitivo e controle sobre o território.

Para identificar as práticas espaciais de resistência, deve-se ter a percepção de que a resistência é uma complexidade de comportamentos e ambientes, bem como de fatos objetivos e subjetivos que se misturam em ações de maneira consciente e inconsciente dos sujeitos, especificamente nas subterrâneas, já que elas estão ocultadas e dependem muito da vivência do pesquisador e da vontade/interesse do sujeito em dar visibilidade à luta. Hollander e Einwohner (2004) apontam que a visibilidade é um dos requisitos necessários para que o que chamam de resistentes, alvos/opponentes e o observador possam reconhecer as ações como uma forma de resistência. Para as autoras, o comportamento dos resistentes também deve ser levado em consideração em sua narrativa, pois eles podem manipular os relatos de acordo com seus interesses ou até mesmo expor de maneira corajosa suas intencionalidades. De todo modo, estas são formas de saírem dos discursos ocultos e trazerem ao público, aos espaços visíveis, os subterrâneos de suas lutas cotidianas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As práticas espaciais de resistência ocorrem apoiadas em momentos de ações coordenadas e outras descoordenadas – em muitos casos de formas espontâneas, surgindo dos saberes e das experiências dos sujeitos durante o processo de luta. O subterrâneo é uma forma agregadora de classificar as ocultações de táticas de resistências, que passam pela dissimulação e encenação dos sujeitos. Essas práticas espaciais ficam escondidas/ocultas na vida cotidiana, que é usada e apropriada como um instrumento de luta.

Dessa maneira, elas mostram como o cotidiano pode ser uma arma para resistir a partir de sua linguagem, das relações dos sujeitos e de seus saberes. Esses subterrâneos formam um acúmulo de práticas espaciais que fazem com que as resistências se tornem parte da organização do dia a dia. É por via dos mecanismos usados nas táticas de resistência cotidianas (SCOTT, 2002) que podemos observar as insurgências e os levantes. Através desses microatos, uma acumulação de forças promove o conflito para o espaço público.

Por isso, uma das ferramentas para nossa análise sobre a resistência, o sujeito, em sua condição corporificada, efetiva-se nas práticas espaciais, que são os meios das relações sociais



com o espaço. Essa ilação exige explorar o entendimento do espaço, do cotidiano e, especialmente, das ações dos sujeitos.

Ao refletirmos sobre o sujeito que surge a partir do contexto de conflitos constituídos com as transformações advindas do processo de acumulação, entendemos que a “resistência não é pura, pois se por um lado ela coloca as construções espaciais em outro patamar, por outro lado, pode ratificar fundamentos da produção capitalista do espaço” (CARLOS, 2015, p. 34).

Tal condição é posta como parte da lógica de alienação e desalienação do sujeito sob conflito, pois o sujeito luta contra as transformações diretas e impostas, contra o capital em suas escalas do vivido, mas um vivido preso ao capital e suas práticas de consumo, programadas e impostas subjetivamente, que geram expressões de conformismo. A complexidade do sujeito vai da subordinação à lógica da sociedade de consumo em seu plano das relações sociais para a insurgência contra o processo de transformação de sua realidade territorial com o objetivo de sobrevivência. Por outro lado, as insurgências podem se dar também com o objetivo de benefícios individuais do sujeito, atuando para conseguir lucrar através do conflito.

Esses fatos estão associados à intencionalidade da ação do sujeito, na qual cada um apresenta interesses coletivos e particulares, alienados e desalienados simultaneamente. A defesa de suas vidas cotidianas, mesmo sendo vidas cotidianas conformistas, se faz pela defesa de sua existência e da consciência de si, dando-lhe sentido de (re)existência na luta por sobrevivência em seus territórios.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CRUZ, Valter do Carmo. A 'teoria como caixa de ferramentas': reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: X enanpege- encontro nacional da associação brasileira de pós-graduação e pesquisa em geografia, 2013, campinas -sp. **Anais do X Enanpege**, 2013.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In P. RABINOW e H. DREYFUS, **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Questões sobre a (pós-)modernidade. **GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia da UERJ**, n. 1, p.7-22, jan. 1997.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**.- 2ª ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



\_\_\_\_\_. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. -1 ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

Harvey, David. **Space of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLLANDER, Jocelyn A. & EINWOHNER, Rachel L. Conceptualizing resistance. **Sociological Forum**, vol. 19, n. 4, (Dec. 2004), pp. 533-554.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOORE, Adam. Rethinking Scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, n. 32, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense. In: **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2014

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidades e complexidade na economia global**. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Vol. 21, nº. 1, jan-jun/2002. p. 10-31.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 5-23, 1996.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democracia do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades (Presidente Prudente)**, v. 7, p. 13-47, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

ZAMRA, Maria Helena. Os corpos da vida nua: Sobreviventes ou resistentes? **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology online**, v. 5, p. 104-117, 2008.